

"Cortar sim, mas com limites"

Fernando Henrique, em longo pronunciamento na CNI, diz que o povo não pode pagar pela "voracidade" de quem prega mais arrocho.

O presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou ontem um encontro com empresários, na Confederação Nacional das Indústrias (CNI), para comentar sobre as principais questões econômicas e políticas da agenda do País. Durante 50 minutos, o Presidente mostrou que está bem-humorado, não deixou de responder as críticas ao seu Governo e mandou um recado forte ao Fundo Monetário Internacional (FMI) de que há limites para os cortes na

área social. "Muita gente que fala em cortar mais do PIB é porque nunca sentou numa cadeira responsabilmente para tomar decisões e sabe que estas decisões afetam o povo", disse. E completou: "Há limites para esta voracidade para que o Governo corte, corte, corte".

Isto, segundo ele não significa que o Governo não cumprirá a meta de alcançar um superávit de 3% do PIB, conforme o acordo acertando com o FMI. Mas haverá um limite. "Faremos isso com consciência moral de que a população é muito desigual e os mais pobres não podem suportar custos além de certo limite", disse. "Quem está no seu segundo mandato tem que pensar no País e não nos humores próximos ou longínquos ou daqueles que com tanta facilidade usam palavras pensando que afetam a estabilidade de quem está governando", disse o Presidente muito aplaudido

pelos empresários que participaram do seminário "O Futuro da Indústria no Século XXI".

Pela primeira vez o Presidente explicou que a demora para mexer na taxa de câmbio não foi por "motivos eleitoreiros", como acusam seus opositores. Fernando Henrique explicou que tinha uma "idéia fixa" de que sem a estabilidade da moeda, não teria condições de levantar no País "as energias necessárias para uma integração competitiva". O Governo, segundo ele, optou pela alternativa de fazer um *soft landing*, ou seja ajustar lentamente a política monetária. "Como isso foi lento! O preço a ser pago foi alto por parte de certos setores da produção. Mas foi menos alto para as camadas mais pobres da população", disse. Uma prova disso, segundo ele, é que foi "eleito e reeleito".

O Governo começou a mudar de idéia em relação à política cam-

bial, segundo ele, com a crise da Rússia que reduziu a oferta mundial de recursos que eram necessários para financiar a política de desvalorização gradual da moeda. "De vez em quando leio nos jornais que teria havido influência de comportamentos eleitorais ao tomar decisões. Ledo engano. Havia a convicção sobretudo por parte dos que dirigem a economia de que era necessário persistir". E completou: "No momento que o presidente da República se convence de que não há mais condições para persistir, ele muda qualquer que seja o custo". "Não há encadeamento lógico para imaginar que houve motivação política para tal e qual decisão", disse. Houve, segundo ele, um "sacolejão" para manter a responsabilidade de "manter o rumo" pela busca da estabilidade e aumento da produtividade da economia.

A intenção do Presidente foi falar com "liberdade" sobre os

temas colocados para o debate pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Na platéia de empresários e políticos, entre eles, o deputado Delfim Neto (PPB-SP). Fernando Henrique ressaltou que a reforma política facilitará o avanço das reformas que, para serem aprovadas, precisam de três quintos dos votos do Congresso. Uma dos pontos que considera mais importante é a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Caso contrário teremos a repetição do braço de ferro entre a União, Estados e municípios há todo instante", disse. Segundo ele, é justa a demanda para que o Governo crie condições de "solvabilidade" para os Estados, mas os Estados não podem colocar o País em condições de "insolvabilidade". "Eu não vou ceder neste ponto porque se eu ceder estarei indo contra o interesse do povo e contra tudo que construímos nestes anos todos. Não é assim", disse o Presidente sob os

aplausos da platéia.

Também é preciso, segundo ele, explicar para a sociedade a importância da reforma tributária. "Às vezes é mais fácil ser pregador do que político. Os pregadores encontram corações mais abertos a aceitar a linguagem da boa nova e os políticos encontram na sociedade uma pitada, pitada por generosidade, de desconfiança", disse. Os produtos brasileiros não são competitivos porque o País tem "um sistema tributário deformado". Isto porque a incidência está errada e não porque a carga tributária é elevada. "O Governo não quer mais. Puxa falei isso! Não publiquem. Mas o Governo não precisa de mais", disse com ironia. A idéia de aumentar a carga tributária, segundo ele, não deve estar incluída nesta reforma.

MARCIA GOMES

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA